

Editorial / Editorial

O Problema de Ser Talentoso, mas Não Conseguir Inovar

The Problem With Being Talented, but Not Able to Innovate

Por Alexandre Maduro-Abreu^a e Gabriela Litre^b

^aProfessor Adjunto IV do Departamento de Administração e Diretor do Centro de Pesquisa em Gestão, Inovação e Sustentabilidade – CPGIS/ Universidade de Brasília – UnB, Brasília, Brasil. Editor Responsável, Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade (ReGIS)
E-mail: maduro@unb.br

^bPesquisadora do Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS,/ Universidade de Brasília – UnB, Brasília, Brasil. Editora Executiva, Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade (ReGIS)
E-mail: gabrielalitre@yahoo.com

<http://dx.doi.org/10.18472/ReGIS.v3n1.2017.28045>

Na mais recente versão do Índice Nacional de Inovação, elaborado pela Universidade de Cornell, em colaboração com a escola de negócios Insead e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), o Brasil ficou na 69ª posição mundial. O estudo está baseado em dezenas de medições que incluem o número de solicitações de patentes de novas invenções, os avanços na área de educação e a facilidade para fazer negócios em cada país.

O resultado é ruim, se considerarmos que o Brasil estava na 47ª posição, em 2011, e se observarmos o fato de que nosso país ficou em sétimo lugar na América latina, apesar da importância da sua economia: com exceção do México, os demais têm economias inferiores em tamanho. Na América latina, o Chile ocupou 46º lugar, México (58º), Colômbia (65º), Uruguai (67º), Brasil (69º), Peru (70º), Argentina (76º), Equador (92º), El Salvador (103º) e Bolívia (106º). Além disso, nenhum país latino-americano está entre as 17 nações em desenvolvimento descritas como “estrelas da inovação”.

O Índice Nacional de Inovação analisou 130 economias do mundo inteiro. A Suíça continuou como líder da lista, pelo sétimo ano consecutivo. No ranking, as economias de países desenvolvidos (ou alto rendimento, como o índice as classifica) ocupam 24, das 25 primeiras posições do ranking. Em segundo lugar, aparece a Suécia, que estava na mesma colocação no ano passado, em terceiro, os Países Baixos (que estavam em 9º lugar, no ranking de 2016), seguido pelos Estados Unidos, que mantiveram o mesmo quarto lugar alcançado na medição passada.

A lista da inovação não inclui países latino-americanos entre as 25 nações mais inovadoras do mundo - apesar de Brasil, México e Argentina, se encontrarem entre as 25 maiores economias do mundo. Nações da África, do Leste europeu e do Sudeste Asiático estão avançando mais rapidamente na área de produção de novos bens e serviços para o desenvolvimento do que a gente.

A China foi o único país emergente (considerada pelo ranking como uma economia de rendimento médio) a aparecer entre as 25 primeiras posições. Esse país asiático saltou da 25ª posição, conquistada no levantamento do ano passado, para a 22ª posição este ano.

Por que uma região como a América latina, e um país como o Brasil, que produzem tantos talentos individuais em suas universidades e empresas, não conseguem um maior destaque na área da inovação? Nosso subcontinente gerou algumas das pessoas mais talentosas e criativas do mundo, como os futebolistas Neymar e Messi, o prêmio Nobel de Literatura Mario Vargas Llosa, o Papa Francisco, o presidente do M.I.T. – frequentemente classificada como a melhor universidade do mundo – Rafael Reiff, entre outros.

Por que, apesar do tamanho da economia brasileira, a produção de patentes de novas invenções continua sendo mínima? Juntando todos os países da América latina e do Caribe, foram solicitadas em 2016, 1.400 patentes internacionais. Isso é menos do que 10% das 15.560 novas patentes internacionais solicitadas somente pela Coreia do Sul, segundo dados da OMPI.

Existem várias hipóteses para tentar explicar o problema de ser talentoso, mas não conseguir inovar. Muitos mencionam as crises políticas nacionais, incluídos os escândalos por corrupção. Economistas afirmam que o problema é que o Brasil, assim como o restante da América latina, sofre de um excesso de regulações governamentais e tem escasso capital de risco para financiar ideias de pessoas talentosas. Outros especialistas dizem exatamente o contrário: que América latina precisaria de uma maior intervenção governamental para produzir maior inovação. Esses últimos citam como exemplo o fato de a Coreia do Sul e Israel investirem 4.2% do seu produto bruto interno em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, sendo que na América latina a média de investimento nessa área é de somente 0.5%. Finalmente, tem quem culpa um fato cultural: a falta de tolerância ao fracasso que teríamos os latino-americanos, sendo que a maioria das inovações só acontecem após longas listas de erros e fracassos.

A Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade (ReGIS), editada pelo CPGIS, da FACE, oferece nesse novo número (o seu quarto desde a sua criação, há dois anos) mais um grão de areia para pensarmos com criatividade sobre os problemas da sustentabilidade do Brasil, a partir da perspectiva da inovação e da gestão. O presente número oferece um dossiê intitulado “As experiências dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial no Brasil”, coordenado pelos editores convidados: Professora Mireya E. Valencia Perafán e Mário Ávila, da Universidade de Brasília.

Ao longo dos oito artigos do dossiê, diversos autores exploram as trajetórias, desafios, conquistas e desdobramentos da aplicação dos núcleos de extensão rural no Brasil e na região. Ainda que sem um balanço oficial, as perspectivas são alentadoras: a maioria dos trabalhos descreve um fértil espaço de interações gerado para a promoção de inovações, a diminuição das desigualdades e a promoção da soberania, da segurança alimentar, da cidadania, da inclusão e da participação social.

De outro lado, a descontinuidade dessas mesmas ações, por ocasião das mudanças políticas e econômicas ocorridas no Brasil, gera perguntas sobre o futuro da inovação institucional para a gestão territorial no Brasil, um campo que, como vimos no começo deste Editorial, ainda gera inúmeros desafios.

Para discutir as consequências desse novo cenário político-institucional do desenvolvimento territorial no Brasil, os editores do dossiê convidaram três renomados especialistas sobre desenvolvimento territorial: Catia Grisa, Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, Arilson Favaretto, Professor na Universidade Federal do ABC (Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território), e José Emilio Guerrero Ginel, Professor da Escola Técnica Superior de Engenheiros Agrônomos e de Montes da Universidade de Córdoba (Espanha) e coordenador do Programa Interuniversitário de Doutorado "Engenharia Agrícola, Alimentar, Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável" (ver biografias detalhadas nesta Seção).

Os debatedores aportaram seus olhares sobre um conjunto de eixos temáticos, que incluíram os atributos e ganhos da abordagem territorial - em particular aqueles mais evidentes na experiência brasileira-, uma avaliação pessoal sobre como estas trajetórias ficaram comprometidas com o desmantelamento do programa dos territórios rurais e suas opiniões sobre o futuro da abordagem territorial. Também foi debatida a dificuldade para institucionalizar os arranjos que esta abordagem propõe e, por fim, o papel que jogam as universidades e os institutos federais no desenvolvimento dos diversos territórios rurais brasileiros.

Boa leitura e um ótimo 2018!

Alexandre Maduro-Abreu
Editor Responsável, ReGIS e Diretor, CPGIS

Gabriela Litre
Editora Executiva, ReGIS